



Meditações de FAUS após o Covid-19:

«Desta pandemia não sairemos iguais ao que éramos antes, sairemos piores ou melhores... depende de nós».

- fragilidade e crueldade,
características do género humano (1)
- regressemos
às nossas raízes (2)
- da pandemia, não sairemos iguais
ao que éramos antes
sairemos piores ou melhores (3)

fragilidade e crueldade, características do gênero humano (1)



o mosteiro mundial da pandemia

Uma das grandes lições que aprendemos com o Covid-19 foi a de nos **trazer à lembrança que nós, criaturas humanas, somos seres bem frágeis**, à mercê de forças desconhecidas capazes de nos causar grandes danos, e que sempre julgamos ter dominado.

Após cada peste ou cada “gripe espanhola”, reagimos como se a tivéssemos superado para sempre, e que ela nunca mais voltará a repetir-se. **Do mesmo modo procedemos, após cada tsunami ou cada Chernobil...**

Em vez de reconhecermos a nossa fragilidade, confiamos no poder da ciência.

Com certeza que a ciência é admirável e muito necessária. Acabamos, porém, por a idolatrar, e por pôr nela toda a nossa confiança, e por nos esquecermos que é característico da ciência suscitar uma nova pergunta, por cada resposta que nos dá, e que cada problema prático que ela resolve, acaba por dar origem a um novo problema.

Procuramos tranquilizar-nos falando de “peritos” e recorrendo a eles: porém ninguém, absolutamente ninguém era perito em Covid-19. No máximo, talvez houvesse alguns epidemiologistas e colegas do gênero, que pudessem ter alguns dados úteis sobre o modo como nos deveríamos comportar; mas logo se viram ultrapassados pelas novas características desta epidemia. E, contudo, continuamos ansiosos por “voltar à normalidade”, quando esta expressão nada

mais significa do que o regresso à nossa fragilidade e ao nosso esquecimento dela.

Mas o pior é que, **para além de frágeis, também somos cruéis**; e a nossa normalidade consiste em encobrir a dor do mundo. É que, neste mundo (que pensamos ter convertido numa “aldeia global”), morrem, diariamente, de fome, vinte e cinco mil seres humanos, nove dos quais crianças. Não é incrível que possamos não só comer, mas até banquetear-nos, tranquilamente, sem que nos pese na consciência não só a fome, como, ainda, o desespero de tantas mães, incapazes de calar a fome dos seus filhos? E, contudo, neste mesmo mundo, a obesidade continua a ser uma das nossas maiores doenças. Tanto assim é que, o que se gasta em terapias para a perda de peso, ou a quantidade de alimentos que se destroem para manter os preços em alta, seriam suficientes para sanar este desespero dos famintos.

Nesta aldeia global, **há milhões de pessoas vítimas da guerra**, com feridas que custam a sarar, e obrigadas a converter-se em teóricos “refugiados” que, muito dificilmente, encontrarão acolhimento noutra lugar qualquer. E os que a si próprios se consideram “civilizados”, obtêm parte da sua riqueza da venda e negócio de armas, para que os não civilizados possam disparar cada vez melhor, ainda que tenham de alimentar-se cada vez pior.

Este nosso gênero humano continua a praticar a tortura, recorrendo a procedimentos calculados, refinados e surpreendentes; há, inclusivamente, escolas destinadas a ensinar a torturar, e que exportam essa ciência para os países menos “civilizados”. Neste mundo da dignidade humana, trafica-se com seres humanos, para a prática de experiências médicas e da prostituição sexual. E é de arrepiar o grau

de escravidão que algumas destas pobres criaturas chegam a suportar

Neste mundo que proclama a igualdade de direitos de todos os seres humanos, **há quem possua quatro ou cinco moradias de luxo em diversas cidades do planeta, e quem durma na rua por falta dessas “quatro paredes”**, e de um catre que deitam ao lixo. Há máfias invisíveis que fazem comércio com a droga, que matam, impunemente, quem lhes cria a mais pequena dificuldade, e que chegam, mesmo, a organizar-se como “estados paralelos e invasores” num país qualquer.

Neste mundo tão aparentemente unificado, **1% dos seus habitantes possuem quase tanta riqueza como os restantes 99%**. Mas, em vez de os apelidarmos de ladrões, respeitamo-los e admiramo-los, como se a sua fortuna fosse fruto dos próprios méritos. Chegámos ao cúmulo de estabelecer como princípio de boa educação, a convicção de que todos os ricos o são, devido ao seu próprio mérito, e que todas as vítimas da pobreza e do sofrimento o são, por culpa própria. É a melhor maneira de nos preocuparmos com estes infelizes. E é a forma de irmos desmontando, pouco a pouco, os serviços públicos de saúde e de educação (com a desculpa de os estarmos a organizar), pois as grandes necessidades humanas sempre foram uma grande fonte de enriquecimento para uma certa minoria.

Neste mundo onde todos têm liberdade de expressão, mas onde, apenas, uma minoria tem possibilidade de exercer essa liberdade, essa minoria proclama aos quatro ventos que “nunca a humanidade esteve tão bem como hoje”, ou que “estamos melhor do que nunca”. Uma pseudociência que (mesmo que fosse verdadeira), apenas serve para adormecer a nossa consciência, por nos transmitir a sensação de “estarmos bastante bem”.

Este mundo tão admirador do seu “progresso”, criou sociedades em que os futebolistas são mais importantes do que as enfermeiras; deslocaliza as suas empresas para a Ásia, para poder empregar crianças

que deviam andar na escola, e **justifica-se, alegando que, deste modo, está a possibilitar a entrada de algum dinheiro naquelas casas, o que sempre é melhor do que nada** (visto não quererem dar emprego aos pais, para não terem de lhes pagar mais). Este mundo inoculou na mãe Terra uma doença mortal, não se sabe se, até já, incurável, enquanto se nega a alterar a orientação do seu progresso, limitando-se a aplicar uns paninhos quentes neste planeta gravemente enfermo.



É pior o *coronavirus*?

E em tom menor, mas também sentindo necessidade de o não encobrir, a fração teoricamente mais adiantada deste mundo, proclama viver numa democracia, enquanto vive sujeita a uma ditadura cruel de certos poderes económicos que não foram eleitos por ninguém, e que condicionam todas as atividades dos políticos. A ponto de, em casos de crise e endividamentos, ser mais importante garantir o lucro dos bancos do que a subsistência das pessoas. E estamos satisfeitos com uma mal denominada democracia, em que o Parlamento deveria chamar-se, antes, “Insultamento”, pois quem ali se senta não o faz para dialogar nem para obter acordos, mas antes, para insultar e faltar ao respeito aos outros; é um local onde se assiste a uma pantomina de votação, cujo resultado final já é conhecido de antemão. **De modo que aquelas sessões se poderiam suprimir, sem qualquer problema, limitando-se os participantes, apenas, a comunicar os resultados das negociações prévias.** Deste modo se pouparia muito tempo e dinheiro, que poderiam ser aplicados nalgumas aulas de

educação para representantes do povo..., e a ensinar aos políticos que a liberdade de que desfrutam (e que tanto aplaudem, noutras ocasiões), a têm, agora, para votar o que lhes dita a consciência, e não o que lhes dita o partido.

Porque, além disso, **estas democracias proclamam a sua fé quase religiosa no deus Mercado**, cuja providência regula todas as relações; porém, sem perda de tempo, os assim chamados servidores do povo, estipulam qual a retribuição a atribuir a si próprios pelos seus serviços (?), e o valor da sua aposentação, sem sequer dar ao patrão a quem servem, a oportunidade de ser ele a decidir sobre essa matéria. Apressam-se a defender o “mercado de trabalho”, quando eles próprios se autoexcluem desse mercado. Deste modo se criou uma espécie de “clericalismo dos políticos”, ao qual se podem aplicar as duras palavras de Francisco contra o clericalismo eclesiástico.

A este mundo, assim, tão desumano se aplica um diagnóstico que procuramos desconhecer ou nos negamos a aceitar: “A raiz de todos os seus males é a paixão pela riqueza privada (1Tim 6, 10). Esta paixão

(justificada, aliás, como virtude) levou-nos à construção duma “sociedade-mercado”, em vez de uma “sociedade de convivência”. E a estabelecer a competitividade como princípio fundamental, em vez do princípio básico da solidariedade.

A maior prova deste panorama desolador, é negarmo-nos a prestar-lhe atenção: simplesmente porque não o suportaríamos, e porque nos culpabiliza, mesmo sem nada nos dizer. É frequente o gesto de apagar a televisão, quando ela nos informa da milésima parte do que acabamos de dizer, alegando aquele dito já podre de velho: “bolas, assim não se consegue comer”. Porém, mesmo quando só a imagem nos impede de comer, deveríamos perguntar-nos se a realidade nos permite comer. E desculpem-me se estou a ser muito duro: eu também me questiono a mim mesmo.

É a este mundo e a estes homens que a pandemia apanhou desprevenidos...

JOSÉ I. GONZÁLEZ FAUS

https://www.religiondigital.org/miradas_cristianas/PANDEMIA-SALDREMOS-IGUAL-MEJOR-DEPENDENDE_7_2233646623.html

regressemos às nossas raízes (2)

Não será este nosso mundo, tão cruel e desumano, merecedor de um desses chamados “**castigos bíblicos**”? Não precisamos, porém, de nenhum Deus “castigador”, uma vez que a nossa própria conduta nos coloca, agora, perante uma dupla ameaça que nos vai obrigar a optar: continuar como estávamos antes, à custa da vida de metade da humanidade e destruindo a nossa casa (que não me atrevo a chamar “comum”), ou procurar o que a Bíblia costuma designar como **conversão**, traduzindo uma palavra hebraica que significa mudança de rumo. Porque, apesar de tudo o que dissemos na

primeira parte, se lermos aqueles maravilhosos poemas bíblicos chamados *Lamentações*, falsamente atribuídos a Jeremias, descobriremos algo muito importante: que conquistar Jerusalém e arrasá-la, era algo tão incrível para um judeu (e parecia tão confirmado por experiências prévias) que a dor e o desespero que este acontecimento despertou, convertem o nosso pavor perante o Covid-19, em meras lágrimas de crocodilo. Não sei se, alguma vez, se terão escrito lamentações mais sérias, em toda a história humana.

E contudo, no meio de todo aquele

desespero, renasce e ecoa a voz do poeta: aquele mesmo homem que afirma ter “**experimentado a dor**”, que “lhe roubaram a paz e já dela se esqueceu”, atreve-se a gritar, logo em seguida que “a misericórdia do Senhor não tem fim, e a sua compaixão não acaba nunca”, que “o Senhor não se compraz em afligir, mas se compadece continuamente”. E isso enche-o de esperança. (Ver o terceiro capítulo das Lamentações).

Não precisamos de recorrer a uma leitura religiosa de tudo isto. Basta-nos o que poderíamos chamar uma “fé terrena”, desde que seja uma verdadeira fé, e não uma falsa esperança, fácil e cômoda. Recordemos o célebre verso de Hölderlin: “**Onde existe o perigo, cresce a salvação**”. Mas não cresce por si só: precisa de ser cultivada por nós.

Como pequenas estrelas na noite que pesa sobre nós, **os meios de comunicação comentam, admirados, como baixaram as emissões de CO2, e como a nossa atmosfera ficou mais pura.** Ou, como

diminuíram os acidentes de viação. Como despertou a capacidade de sacrifício, a solidariedade e ternura do nosso pessoal de saúde... São pequenas coisas, mas que podemos considerar minúsculos embriões. E o que elas poderão vir a ser no futuro, dependerá de todos nós, a quem é exigido um estudo sério e um esforço constante.

O repetido slogan da metodologia científica “tentativa e erro”, deve ser aplicado, agora, não a um problema particular, *mas a toda a nossa atitude perante o cosmos e a vida da humanidade*. E isso, tanto na nossa forma original de encararmos e de nos abirmos ao mundo, como nas mil questões práticas que daí podem derivar. No que toca ao primeiro âmbito, já existem constatações suficientes de que algum erro havia, na nossa forma de estar neste mundo.

Se neste planeta terra vivem milhares de milhões de pessoas, cada uma delas com a sua dignidade inalienável e direitos sagrados, parece que **a primeira meta de qualquer vida humana, na terra, deverá ser a construção da convivência.** “Nada há

de mais agradável e delicioso do que a convivência dos irmãos em harmonia”, cantava o salmista. Nada de mais progresso técnico, de mais bem-estar supérfluo, de mais armas invencíveis, nem de mais guetos intocáveis, mas antes, melhor convivência na maior paz e harmonia possíveis. Se a cultura e as humanidades são assim tão importantes, é porque nelas é fundamental a questão da convivência e as relações entre as pessoas. E porque uma convivência sã e bem estruturada, é um ambiente onde maiores níveis de felicidade podem alcançar-se, para todo o género humano.

De acordo com este ponto de vista, e fixando-nos, agora, neste mundo ocidental que se atribui uma discutível missão de liderança neste nosso planeta, gostaria de referir o que pode ser considerado o grande “*pecado original*” do Ocidente: o *individualismo*. Um vício que afeta toda a nossa história e a da nossa chamada Modernidade. Valerá a pena remetermo-nos um pouco às nossas raízes mais profundas.

Já por várias vezes se referiu que um dos venenos deste individualismo reside na filosofia de Descartes, e no famoso “penso logo existo”. Num momento de dúvida total e absoluta, a primeira e máxima certeza, o ponto de partida de toda a reflexão, é o meu eu: “**penso logo existo**”. Apesar de recorrer às “ideias claras e distintas” para continuar a avançar, Descartes não encontrou forma de reformar essa conjectura inicial, para chegar à verdadeira certeza-ponto-de-partida: “existimos, logo existo”. E como todos os génios tendem a adiantar-se à sua época, talvez se deva afirmar que Descartes foi o primeiro a recorrer a uma *selfie*, mesmo antes da existência do material informático... É esta a nossa forma mais original de estar no mundo.

E este pecado original continua a infetar toda a nossa história subsequente: o imperativo absoluto da nossa Modernidade foi, assim, proclamado por um dos pais do chamado Iluminismo: *sapere aude*: atreve-te a conhecer e a situar-te por tua própria conta, porque só assim conseguirás sair de

“uma menoridade culpável”. Algo muito importante e decisivo intuíva Kant, ao falar deste modo. Essa intuição, porém, vinha carregada de individualismo cartesiano. É um imperativo que a mim se destina enquanto indivíduo isolado. **O bom do Kant não achou maneira de nos dizer: *sapere audeamus* – atrevamo-nos a decidir em conjunto.** O resultado é que, quando milhões de pessoas decidem pensar e atuar por sua própria conta (e prescindindo, agora, do dado fundamental de isso não ser possível, sem o prévio influxo positivo de muitos outros no nosso desenvolvimento), produzir-se-á um choque de atitudes e de decisões que nos levará ao confronto, e que acabará por reduzir a convivência humana a uma mera supressão de inimigos, por um lado, e a simples alianças táticas, pelo outro.



O individualismo crescente, outro dos males

Eis o estado a que chegámos. Dizer que te atreves a decidir, é algo moderno e estimulante, mas quando é dito de forma individualista, pode resultar numa coleção de irresponsáveis, verdadeiros autistas, que ainda há poucos dias se passeavam sem máscaras e sem guardarem as devidas distâncias pelas ruas, muito convencidos e sem pensarem nos outros. E, ainda por cima, se acham pessoas conscientes e adultas, quando se comportam como inconscientes e menores de idade... Como resultaria diferente um conselho para que nos atrevêssemos a ser conscientes todos em conjunto!

Houve alguém que anteviu todo este erro original, mas não soube solucioná-lo: o temido e maltratado K. Marx: este será, para nós, o seu perene valor, e é por isso

que ele nos incomoda tanto. A sua provocante crítica: que os direitos do homem proclamados pelo Ocidente são os “direitos do homem alienado”, não está, inteiramente, correta: é que, precisamente, todas as declarações estão feitas no plural, como direitos de todos os homens. Tem razão, porém, quando se refere à forma individualista como foram encaradas essas mesmas declarações: como direitos meus (ou, pelo menos, do meu grupo) e nada mais. **Acabando, deste modo, por chamar direitos a muitos dos nossos desejos:** eis a forma como o capitalismo converte e perverte a liberdade num direito a oprimir. Porque os direitos humanos, ou são de todos, ou não são direitos (serão, porventura, “direitas”, se me é permitida a ironia). E por maior que seja a liberdade, a ninguém é concedida liberdade para causar dano aos outros, ou colocá-los em perigo.

Aceitando parte desta crítica como uma reivindicação dos outros, Marx não descobre, logo a seguir, a síntese, quando, perante o tema da morte, apenas sabe dizer que “é uma dura vitória do género sobre o indivíduo”. O “ser genérico” (que poderia ser uma boa formulação do contributo de Marx) deforma-se num ser “apenas genérico”, onde o indivíduo desaparece perante o género. O que dá lugar àquela inegável tolice (ou superstição, imprópria de um ateu) de que não precisamos de nenhum mandamento do amor: que se nos limitarmos a alterar as relações de produção, o egoísmo será vencido, e produzir-se-á a “a identificação entre o indivíduo e o seu genérico”, sem qualquer necessidade de apelar ao amor. É que todos os homens necessitam de acreditar “em algo”.

E não sei se será ir longe demais, afirmar que, **daí, se passa a um existencialismo que descobre o homem como uma finitude limitada e uma liberdade ilimitada**, para concluir que “o inferno são os outros”: o seu autor devia ter explicitado que o inferno são os outros, *quando eu os não posso explorar e aproveitar-me deles*; há, porém, que recordar que esta frase surge escrita

numa situação como que de “confinamento” (*Huis clos, A porta fechada*, é o título da obra de Sartre). E assim por diante, até chegarmos ao “transumanismo” atual, que reconhece a necessidade de alterar, profundamente, o homem, mas que aspira a conseguir esse objetivo, através da tecnologia e da genética.

Curiosamente, o **cristianismo e o budismo**, exemplos de duas cosmovisões que mais insistiram na superação do *ego*, caracterizam-se por serem cosmovisões comunitárias essenciais: a *shanga*, no budismo, e a igreja, no cristianismo. E isso, apesar de (ou precisamente por) pretenderem chegar ao mais profundo do indivíduo. Nós, cristãos, não caímos, ainda, suficientemente, na conta do facto de todas as orações oficiais cristãs serem orações comunitárias: o Pai-nosso expressa-se, sempre, no plural, as orações ao Espírito Santo (que, logo a seguir à anterior, são das mais centrais na vida cristã), suplicam sempre no plural: “enche o coração dos teus”, “visita as mentes dos teus”, “luz da felicidade, enche o mais íntimo do coração dos teus fiéis”. Em todos estes plurais se reflete aquela mentalidade de que acima sentíamos falta: sou porque somos.

Se for válida esta análise, podemos estar perante um futuro marcado pela opção entre dois imperativos a que poderemos chamar: *o imperativo tecnológico, ou o imperativo humano*. O primeiro significa que, quando algo é possível, tecnicamente falando, há que fazê-lo sem mais, sem nenhuma consideração sobre os efeitos que isso possa provocar à humanidade no seu conjunto: se é possível construir uma bomba atômica, há que fazê-lo, sem atender aos danos que isso possa causar. Se é possível ir à lua, há que ir e já, sem considerar se isso é aquilo de que mais necessita, hoje, o género humano; **se é possível destruir o planeta em proveito próprio, destruímo-lo**, certos de que, logo em seguida, a ciência há de encontrar uma solução... Poderíamos prosseguir com alusões à genética; mas será talvez mais útil destacar até que ponto nos procuramos

justificar: umas vezes, argumentando que “se o não faço eu, fá-lo-ão os outros”, (segundo aquele princípio de “competitividade como primeira regra da convivência”, que enunciamos no final do parágrafo anterior. Outras vezes, argumentando, com uma superstição parecida à de Marx, que tudo o que é tecnicamente possível será humanamente bom, podemos visualizar o outro imperativo, no título dado por Leonardo Boff ao seu primeiro livro sobre o drama ecológico: “**Grito da terra, grito dos pobres**”. Que a terra está a gritar é algo que já começamos a aceitar. É nos dito, também, que o Covid-19 pode acabar por ser nefasto para os mais pobres, que nem podem confinar-se nem podem deixar de ir trabalhar nenhum dia, por ser daí que retiram o escasso sustento quotidiano. E se, até agora, nos parece que a pandemia os tem respeitado mais por viverem em países mais fechados, sem tanto afluxo de pessoas como os nossos (ou, na melhor das hipóteses, por termos menos informação sobre eles), já começam a surgir situações desesperadas em países como o Equador (em Guayaquil, por exemplo) ou o Perú.

Mas como, além disso, **este vírus nos afetou a nós, os ricos, pondo em relevo a nossa fragilidade** (como se disse na primeira parte), que é, também, uma forma de pobreza, daí se conclui que o título de Boff pode ser alargado da seguinte forma: “*Grito da terra, grito dos pobres, grito dos homens*”. E parece ser este o verdadeiro horizonte que temos pela frente.

Oxalá seja possível que, em conjunto, nos atrevamos a antever um pouco como poderiam ser as coisas, se conseguíssemos abrimo-nos, comunitariamente, a este horizonte.

JOSÉ I. GONZÁLEZ FAUS

[HTTPS://WWW.RELIGIONDIGITAL.ORG/MIRAD
AS_CRISTIANAS/PANDEMIA-SALDREMOS-
IGUAL-MEJOR-DEPENDE_7_2234846500.HTML](https://www.religiondigital.org/miradas_cristianas/pandemia-saldremos-igual-mejor-depende_7_2234846500.html)

da pandemia, não sairemos iguais ao que éramos antes sairemos piores ou melhores (3)

Impossíveis necessários

O nosso futuro surge, marcado por duas ameaças que se contrapõem uma à outra: uma repetição da pandemia que nos obrigue a retroceder, novamente, e que constitui uma sólida probabilidade, enquanto se não generalizar uma vacina; e uma crise económica prognosticada como terrível e, que além disso, não será uma dessas crises clássicas do capitalismo, que surgem devido à quebra da oferta ou da procura, mas uma nova crise, nascida duma paralisação da produção.

Em qualquer dos casos, há que tentar não resolver esta crise como a de 2008, com essa forma criminoso de austeridade para os pobres e de benefícios para os mais ricos. Em Espanha, a crise de 2008 partiu do suposto de que, os cidadãos mais ricos, passassem do controlo de 44% da riqueza, para o controlo de 53% dessa mesma riqueza, enquanto que o salário real da décima parte mais pobre da população baixou 30% (e não se trata de dados de nenhum Pablo Iglesias, mas sim do Banco de Espanha). Para além da enorme quantidade de profissionais de saúde que se viram obrigados a emigrar, e que tanta falta nos fizeram logo em seguida.



Coronavírus e solidariedade global.

Face a este panorama, a reflexão do capítulo anterior impõe-nos um princípio que se poderia concretizar naquele “sapere

audeamus”, “atrevamo-nos a pensar em conjunto), com que nos atrevemos a corrigir Kant, e que pode concretizar-se num princípio cultivado nos começos da globalização: pensar globalmente e atuar localmente. E eis o que nos parece hoje em dia tão necessário como impossível.

Vejam alguns exemplos

1.O Covid-19 surpreendeu-nos num momento de pensamento local, obsessivo e exclusivo. Um bom exemplo disso é a repetida denúncia de Noam Chomsky: as indústrias farmacêuticas estavam, suficientemente, alertadas para a grande probabilidade desta pandemia. Mas pensaram que tentar reffrear a epidemia não lhes traria nenhum benefício, enquanto que o desencadear duma pandemia, sempre constitui uma fonte de lucros em vacinas e medicamentos.

Este individualismo deu origem a um irónico aviso, do qual não sei quem é autor: **“muito mais perigoso do que o coronavírus, é o vírus do medo”**. E este pânico fez com que a crise económica fosse considerada como algo certo e terrível, mesmo muito antes de se começar a sentir. De facto, nas grandes crises anteriores (a peste negra de meados do século XIX, e a gripe espanhola de 1918), morreram milhões de pessoas, muito mais do que as vítimas de agora, mas não houve crise económica. Argumentará alguém que foram, precisamente, todas estas mortes numa população mundial muito mais reduzida, que evitaram a crise económica. Talvez, não sei. Mas o que é inegável é que os nossos poderes económicos já estão a atravessar uma onda de pânico, mesmo antes de a crise chegar. E o pânico, para além de fomentar o egoísmo e a crueldade (“salve-se quem puder!”), é um fator economicamente desastroso: “o capital é muito assustadido” dizem,

eufemisticamente, os cobardes capitalistas.

Em qualquer dos casos, pode ser que, ainda pior do que o coronavírus, possa vir a ser o “mercado-vírus”. Era preciso evitá-lo, mas não vejo como.

2. Tão necessária como impossível é, também, a existência de uma ONU com verdadeira autoridade mundial para problemas globais (e, claro, sem qualquer direito de veto), e com um tribunal mundial de justiça a que todos os países obedeam. Uma autoridade que reservasse, para si mesma, uma boa parte do uso e produção de armas, libertando, deste modo, uma grande quantidade de riqueza para investir em saúde pública para todos, e não na destruição de uns pelos outros. Uma autoridade assim, seria a única capaz de acabar com essa afirmação da liberdade própria contra a vida dos outros, que são os paraísos fiscais. É impossível acabar com eles a nível meramente local, porque muitos países pequenos, entre os considerados “respeitáveis” (Luxemburgo, Holanda...), funcionam como tais.



Os ricos não veem os pobres

Conclusão: outra fonte de receitas desaproveitada.

3. Pensando numa forma global, compreender-se-ia, também, a necessidade de acabar com todas as indústrias contaminantes, e de investir em energias renováveis que podem criar muitos empregos, embora, a curto prazo, não produzam outro benefício do que proporcionar-nos um planeta mais saudável. Um planeta mais saudável, contudo, permitir-nos-ia, depois, uma vida mais saudável também.

4. Pensar numa forma global, obrigar-nos-ia a acabar com o imperativo económico de buscar, em todo o investimento e operação financeira, “o lucro máximo”, desaparecendo, deste modo, as deslocalizações que, ultimamente, tanto têm prejudicado a muita gente, e beneficiado a muito poucos. Tudo isto poderia ter como objetivo final, alcançar limites legais e universais nos salários e nos lucros: brada aos céus a existência de um salário mínimo, e não a de um salário máximo!

5. Nesta mesma perspetiva, são absolutamente necessários (e impossíveis?) uns impostos altíssimos para todos os multimilionários, e muito altos para todos os milionários. Esta proposta, tão necessária que irá ser furiosamente rejeitada, leva-nos, necessariamente, a recordar que o direito mais primário de propriedade é o de os bens da terra serem acessíveis a todos, e não apenas a uns tantos; e que, portanto, o direito de propriedade privada é um direito secundário, que deve ceder a primazia ao outro direito primário. E como conclusão, que toda a propriedade privada que constitua um obstáculo a este direito primário é, simplesmente, um roubo que implica devolução.

Há ONGs milionárias a financiar formas de atacar movimentos pró-vida e pró-família. Todos estes dados nos fazem ver que é falso o argumento de que, muitas medidas que seriam úteis para nos dotar de mais proteção, ou para impedir a grande probabilidade de um retorno da pandemia, são medidas impossíveis, por não haver dinheiro para elas. O que não há é vontade de obter esse financiamento, nos locais onde isso poderia ser feito.

6. Em qualquer dos casos, o dado antes citado sobre o empobrecimento de grande parte de Espanha e agravamento das diferenças sociais (dado cuidadosamente esquecido), conduziu o atual governo ao

chamado **rendimento mínimo que acaba de ser aprovado. Obrigado.**

Esta proposta chegou a ser criticada por uma voz episcopal que, ao invés de outras, temia que, deste modo, alguns trabalhadores se deixassem arrastar para a preguiça.

Embora este perigo seja real, não é suficiente para privar pessoas de algo tão necessário como mínimo (eu acharia mais perigoso que esse rendimento acabe por chegar à mão de quem dele não precise). Mas julgo que existe uma solução ainda melhor do que esta: que o Estado se converta em garante, não de um simples rendimento, mas de um trabalho. Como escreve o *Monde Diplomatique*: “o Estado deve garantir um trabalho. O novo acordo de Sanders e Ocasio-Cortez inclui esta medida simples, mas essencial: o Estado compromete-se a oferecer, ou financiar, um emprego a qualquer pessoa que deseje trabalhar com o salário base do setor público, ou maior. Do mesmo modo que os bancos centrais são os prestamistas “de último recurso” nas crises financeiras, com esta garantia de emprego, o Estado converte-se em financiador de emprego de “último recurso”... Com o emprego garantido, o trabalho deixa de ser uma mercadoria, uma vez que a sua existência e utilidade deixam de ser determinadas pelo mercado” (maio, 2020, p. 15).

Desapareceria, assim, esse eufemismo nefasto de “mercado do trabalho” para o que é (como já, há anos, Polany criticara), realmente, um mercado de trabalhadores, de pessoas. E, portanto, um mercado de escravos, na nossa “civilizada” sociedade do século XXI.

7. Daqui poderia derivar outra correção fundamental, tão necessária quanto impossível, da nossa sociedade da riqueza: **acabar com a exacerbação do consumo, mediante a criação de falsas necessidades.** A chamada “sociedade de consumo”, colocou nele todo o sentido da

vida, e o seu catecismo começa assim: “o homem foi criado para consumir”. O filósofo coreano Byung-Chul Han diz que convertemos o mundo num grande armazém, e as relações humanas em relações comerciais; deste modo, caímos no que ele chama a “*sociedade do cansaço*”.

Porque, no fundo, temos vindo a reconhecer que **o consumismo nos não dá a prometida felicidade, nem confere sentido à nossa vida;** o que facilita o reaparecimento de milhares de doutrinas extremamente fundamentalistas (sobretudo de caráter nacionalista e xenóforo), com a oferta de uma causa e razão para viver à qual nos possamos dedicar. E que, com base nessa necessidade de sentido, são aceites de forma fundamentalista e acrítica. Os profissionais de saúde, que tanto temos aplaudido nestes dias, encontraram um sentido muito maior na sua dedicação à saúde, do que aquele que muitos buscam no consumismo desenfreado e não solidário. E isto, apesar da sua dedicação ter sido excessiva, esgotante e muito arriscada, pois a nossa tendência social em crer mais no nosso poder do que na nossa fragilidade, surpreendeu-os imprevistos e sem recursos.

Oxalá aprendamos, pois, que um certo protecionismo moderado no poderá vir a ser necessário, para não voltarmos, um dia, a ter necessidade de máscaras e ventiladores, e a sermos obrigados a ir procurá-los a milhares de quilómetros de distância, e a toda a pressa, expondo-nos aos clássicos enganos e vigarices, que estas situações de angústia costumam provocar. Nós, porém, orgulhosos do nosso poder e esquecidos da nossa fragilidade, pensámos que nunca mais iríamos precisar desse material, e que era muito mais rentável produzir armas ou carros e aviões e produtos de luxo, do que essas minudências desnecessárias e pouco rentáveis...

8. Reconhecendo não se tratar de supressão,

mas de moderação ou sobriedade no consumo, o mesmo se pode dizer acerca doutra estrutura da nossa vida “normal”, fonte de tantas receitas e males: **o turismo**. É mau que a economia de um país gire mais à volta do turismo e serviços do que da produção, como sucede em Espanha. É uma vergonha que a Alemanha, com muito menos sol do que nós, esteja à nossa frente, na instalação de fontes de energias renováveis. E é de lamentar que boa parte do nosso Mediterrâneo, devido à obsessão do lucro imediato, haja renegado o cultivo da terra, e (parodiando J. M. Serrat) “tenham despejado ali mil blocos, de Marbella a São Feliu”, incapazes agora de “pintar de azul as brancas noites” do cantor.

E fora de Espanha, recorde-se o tsunami do oceano Índico, de 2004, tão atroz que custou a vida a quase trezentas mil pessoas e que, para designar o qual não nos bastou, já, a palavra maremoto, tendo nós de recorrer ao vocábulo japonês (de composição muito semelhante ao castelhano). Ora bem: houve, na altura, muitos ecologistas que defenderam a opinião de que o fenómeno atingiu aquelas dimensões, por se ter destruído, em benefício do turismo, toda uma cadeia de mangais que funcionavam como um travão à força da água. Sem chegarmos a tanto, o certo é que é vergonhoso que países pobres criem – só para atrair turistas – umas instalações de luxo, que ficam a anos-luz de distância do nível de vida dos habitantes desses locais.

Também não parece necessário esse tipo de **turismo carneirada de tanta gente que parece viajar não para aprender algo, mas apenas para tirar fotografias** e as mostrar aos vizinhos no regresso a casa. O turismo é bom e encantador. E pode ensinarmos muitas coisas. Mas, mais uma vez, ele deve manter-se dentro dos limites da sobriedade, se quisermos que continue a ser um turismo humano, e não um turismo do dinheiro.

9. Como se vê, o Covid-19 foi-nos confrontando com a impossibilidade (e a necessidade) de juntar vida e liberdade.

O que me recorda uma frase de Margaret Thatcher, ao enviar alguns soldados ingleses para morrer nas Malvinas: “há coisas que valem mais do que a vida, por exemplo, a liberdade”. Com isso pretendia ela dizer que a liberdade própria, a sua, valia mais, não do que a própria vida, mas do que a vida dos outros. É esta, exatamente, a forma como alguns estão a tentar, hoje em dia, resolver este dilema. Já devíamos saber que se trata dum caminho errado.

Como harmonizar, pois, o cuidado pela vida com o respeito pela liberdade?

10. Todos os pontos aqui abordados têm uma característica comum que foi fundamental, também, na forma de se encarar, corretamente, a presente pandemia, e que é o que, antes de mais, pretendi destacar, nas páginas que me solicitou a revista “*Vida Nueva*”, no começo desta crise: *para se tomar uma decisão correta, é preciso considerar todos, ou pelo menos, o maior número possível de fatores que entram em jogo nesta questão*. Somos propensos a considerar, apenas, alguns destes fatores, que são os que mais nos favorecem. A forma de proceder de muitos políticos revela-nos isto, duma forma muito clara. Brinquei, há pouco tempo, com um velho aforismo superconhecido de A. Machado, apresentando-o da seguinte forma: **“A tua verdade, e a minha verdade. – E não as contraponhas. – Que juntas ensinam-nos mais”**.

A que propósito vem isto, agora? É que gostava de aproveitar este princípio, tão racional e tão científico, de encarar a totalidade dos dados, quando se tem de emitir um juízo, para analisar uma dessas situações disparatadas que animam a nossa vida política: refiro-me ao ridículo pacto entre Sanchez e Bildu, para a abolição da nossa lei de reforma laboral.

Tudo o que se disse é verdade, mas nem de longe nem de perto constitui toda a verdade. Foi um disparate desnecessário, o governo não fica justificado, ao explicar o seu medo e o desamparo a que o tem submetido a irresponsabilidade, tanto da Esquerda como, sobretudo, do PP: é que, precisamente, por isso, havia de evitar a todo o custo todo o passo em falso, e tentar não pregar uma rasteira a si mesmo, sem necessidade de serem esses irresponsáveis a pregá-la, eles que apenas procuram aproveitar-se da pandemia para ficarem com o poder.

Tudo isto é verdade. Mas não toda a verdade. E as meias verdades são, às vezes, mais daninhas do que uma mentira absoluta, porque podem enganar com mais facilidade. A outra meia verdade é que essa mal denominada lei de “reforma laboral”, é uma atroz injustiça, que contraria direitos muito primários, e que deve ser abolida quanto antes. Rajoy e Guindos reconheceram, ao enunciá-la, que ela iria ser uma reforma “duríssima”. O que os seus próprios autores chamam duríssimo significa, nem mais nem menos, algo tremendamente cruel e, portanto, contrário à ética mais elementar (recordemos que iniciámos esta reflexão a falar da fragilidade e da crueldade humanas, e da nossa tendência para recorrer à segunda, para nos protegemos da primeira). Esta lei é contrária à nossa Constituição e a pactos internacionais assinados pela Espanha (veja-se, a propósito, a análise de Julia López, *Injustiça e ineficácia*, publicada como caderno virtual de “*Cristianismo e Justiça*”). Os empresários não podem queixar-se, agora, de não terem sido consultados, visto que também não foram ouvidos aquando da sua redação, e de nada se queixaram então.

Inclusivamente, como já disse outras vezes, pode compreender-se, na perspectiva **du**
n necessário realismo, que esta necessária
abolição arraste consigo problemas

sérios, que venham questionar a sua possibilidade. Mas isso não poderá fazer-se sem reconhecer, ao mesmo tempo, que aí reside, precisamente, a melhor prova de que vivemos numa ditadura económica, e que, quando um sistema recorre a injustiças (e a uma injustiça grave) para poder subsistir, é sinal de que se trata de um sistema injusto e desumano. De modo que, considerando todos os fatores que estão em jogo, e não só alguns favoráveis aos interesses particulares de cada um, acabamos presos no seguinte dilema: ou abolir a lei ou mudar o sistema. Escolha cada qual.

... ..

Eis ao que chegámos: **rodeados de tarefas tão necessárias quanto “impossíveis”**. E é isto que nos leva a temer (como já confessaram pensadores bem sérios como Adela Cortina ou Ignacio Ramonet) que não iremos sair desta pandemia lá muito bem. Eis o que diz o segundo destes pensadores: não se trata de “regressar à normalidade”; porque a nossa normalidade foi a causa e não a solução do problema: foi uma consequência do autismo cartesiano que analisámos na reflexão anterior (penso eu, logo existo eu), em vez de ser o pôr em prática de uma verdade mais completa: “existimos, logo existo”.

Por outras palavras e para terminar: o mártir IGNACIO ELLACURÍA deixou-nos, como legado pessoal, o seguinte: a humanidade não tem outra saída a não ser a de uma **“civilização da sobriedade partilhada”**. Pode objetar-se que isso é impossível. A outra alternativa, porém, é uma civilização da autodestruição partilhada.

JOSÉ I. GONZÁLEZ FAUS

https://www.religiondigital.org/miradas_cristianas/pandemia-saldremos-igual-Saldremos-depende_7_2236046375.html (29.05.2020)